



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000367358

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1181450-44.2023.8.26.0100, da Comarca de São Paulo, em que é apelante MARGARETH CASELLATO VITELLI (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado BANCO VOTORANTIM S.A..

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da Núcleo de Justiça 4.0 em Segundo Grau – Turma IV (Direito Privado 2) do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: Negaram provimento ao recurso. V. U., de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores AFONSO BRÁZ (Presidente sem voto), ROSANA SANTISO E PAULO SERGIO MANGERONA.

São Paulo, 14 de abril de 2025.

DOMINGOS DE SIQUEIRA FRASCINO

Relator(a)

Assinatura Eletrônica

Apelação Cível nº 1181450-44.2023.8.26.0100

Apelante: Margareth Casellato Vitelli

Apelado: Banco Votorantim S.a.

Comarca: São Paulo

Voto nº 8098

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. ALEGAÇÃO DE ABUSIVIDADE NA TAXA DE JUROS. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO À INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 28/2008. GRATUIDADE DE JUSTIÇA MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO.

I. CASO EM EXAME

Apelação cível interposta por MARGARETH CASELLATO VITELLI contra sentença que julgou improcedentes os pedidos formulados em ação revisional de contrato bancário, ajuizada em face do BANCO VOTORANTIM S.A. A autora sustenta que o contrato de empréstimo consignado firmado com a ré contém cláusulas abusivas, notadamente quanto à taxa de juros, que supostamente excederia os limites estabelecidos no artigo 13, inciso II, da Instrução Normativa INSS/PRES nº 28/2008. Pleiteia, assim, a devolução em dobro dos valores supostamente cobrados a maior. A ré apresentou contrarrazões, impugnando a gratuidade de justiça e arguindo possível prática de advocacia predatória.

II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO

Há três questões em discussão: (i) definir se há elementos nos autos que caracterizem advocacia predatória; (ii) estabelecer se a parte autora faz jus à gratuidade de justiça; (iii) determinar se as taxas de juros aplicadas ao contrato de empréstimo consignado extrapolam os limites estabelecidos pela Instrução Normativa INSS/PRES nº 28/2008, ensejando revisão contratual e eventual devolução de valores.

III. RAZÕES DE DECIDIR

1. A Instrução Normativa INSS/PRES nº 28/2008, com a redação vigente à época da contratação (29.08.2018), limitava apenas a taxa de juros remuneratórios, não impondo teto ao Custo Efetivo Total (CET), razão pela qual a alegação de cobrança abusiva com base no CET não encontra respaldo normativo.

2. A taxa de juros de 2,05% ao mês pactuada no contrato está em conformidade com o limite máximo permitido pela normativa vigente (2,08% ao mês), inexistindo, portanto,

abusividade.

3. As alterações introduzidas por Instruções Normativas posteriores (nºs 138/2022, 144/2023, 146/2023 e 152/2023), que trataram do CET, não se aplicam ao contrato celebrado em 2018, de modo que não há ilegalidade a ser reconhecida.

4. O cálculo unilateral apresentado pela autora, baseado na “Calculadora do Cidadão”, não tem valor probatório suficiente para comprovar abusividade nas taxas aplicadas, por não considerar adequadamente todos os encargos da operação.

IV. DISPOSITIVO E TESE

Recurso não provido.

Vistos.

A autora apela da r. sentença, cujo relatório se adota (fls. 158/166), porque esta julgou improcedentes os pedidos formulados na inicial, contendo o dispositivo do julgado os seguintes termos: “Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTE a ação proposta por MARGARETH CASELLATO VITELLI em face de BANCO VOTORANTIM S.A., resolvendo o mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil.”

Em suas razões recursais, a recorrente sustenta que o contrato de empréstimo consignado firmados com a ré contêm cláusula abusiva, pois as taxas de juros aplicadas excedem os limites máximos estabelecidos no artigo 13, inciso II, da Instrução Normativa INSS/PRES nº 28/2008. Alega que, em razão dessa cobrança indevida, houve desconto excessivo em seu benefício previdenciário, pleiteando, assim, a devolução em dobro dos valores descontados irregularmente.

A autora deixou de recolher o preparo recursal, com base na gratuidade de justiça a ela concedida (fls. 56/57). O recurso é tempestivo e atende aos requisitos de admissibilidade.

Regularmente intimada, a instituição financeira ré apresentou contrarrazões no prazo legal (fls. 185/199), nas quais, preliminarmente, pleiteou a

revogação da gratuidade de justiça deferida à autora, bem como apontou a possível prática de advocacia predatória. No mérito, manifestou-se pelo desprovimento do recurso.

Não houve oposição ao julgamento virtual.

É o relatório.

Preliminarmente, o ajuizamento massivo de demandas, por si só, não caracteriza necessariamente advocacia predatória, motivo pelo qual a rejeito, pois é imprescindível a análise de outros elementos que possam indicar a existência de abusos processuais ou condutas ilícitas, mas não vieram provas ao feito nem sequer de eventual fragmentação de feitos da parte autora em face da parte ré, de sorte

A especialização do patrono em determinado ramo do Direito pode justificar a propositura recorrente de ações semelhantes, desde que observados os princípios da boa-fé processual e da lealdade processual, na forma do artigo 5º do Código de Processo Civil.

Rejeito, igualmente, a impugnação à concessão da gratuidade de justiça deferida à autora, uma vez que a documentação acostada aos autos demonstra que ela auferia renda mensal inferior a 3 salários mínimos, circunstância que evidencia sua impossibilidade de suportar as despesas processuais sem prejuízo de sua própria subsistência ou da de sua família.

Conforme dispõe o artigo 99, § 2º, do Código de Processo Civil, o ônus de comprovar a ausência dos requisitos para a concessão do benefício recai sobre a parte que a impugna, sendo certo que a ré não trouxe aos autos qualquer elemento probatório capaz de desconstituir a presunção de veracidade da declaração de hipossuficiência apresentada pela autora, bem como a documentação acostada, conforme prevê o artigo 99, § 3º, do Código de Processo Civil.

Desta forma, diante da ausência de provas concretas que refutem os documentos juntados pela autora e considerando que a ré se limitou a apresentar alegações genéricas, permanece inalterada a decisão que deferiu o benefício da justiça gratuita em favor da requerente.

Passo ao mérito.

Cuida-se de ação revisional de contrato bancário, na qual a autora alega ter celebrado contrato de empréstimo consignado com a instituição financeira sob o nº 238026482. Sustenta que as taxas de juros aplicadas pela ré são abusivas, requerendo a revisão contratual para que os juros sejam recalculados em conformidade com os limites fixados pela Instrução Normativa INSS nº 28/2008.

Para a análise da matéria, não se ignora que a Súmula nº 297 do E. Superior Tribunal de Justiça impõe a aplicação o Código de Defesa do Consumidor às instituições financeiras, o que, todavia, não assegura, por si só, a procedência da pretensão autoral.

Segundo posicionamento desta Egrégia Corte, *“ainda que seja reconhecida a subsunção às regras protetivas, tal vantagem não asseguraria ao consumidor a automática procedência de quaisquer pedidos formulados”* - Apelação 1014090-54.2022.8.26.0477, Rel. Des. Rosangela Telles, 31ª Câmara de Direito Privado, j. 05/02/2024.

Fixada esta premissa, o recurso não comporta provimento.

De início, é pertinente destacar que o entendimento majoritário desta Corte, bem como dos E. Tribunais Superiores, consolidou-se o sentido de que o Custo Efetivo Total (CET) representa a integralidade dos custos incidentes sobre a operação de financiamento, nos termos do artigo 1º, § 2º, da Resolução nº

3.517/2007 do Conselho Monetário Nacional¹, razão pela qual não deve ser confundido com a taxa de juros remuneratórios, esta sim sujeita à limitação imposta pela Instrução Normativa nº 28/2008 do INSS, que a denomina como "custo efetivo do empréstimo".

A este propósito, convém reproduzir o seguinte entendimento do C. Superior Tribunal de Justiça a respeito da controvérsia debatida nos autos:

“(...) Custo Efetivo Total (CET) é a taxa que corresponde a todos os encargos e despesas incidentes nas operações de crédito e de arrendamento mercantil financeiro, contratadas ou ofertadas a pessoas físicas, microempresas ou empresas de pequeno porte”, devendo “ser expresso na forma de taxa percentual anual, incluindo todos os encargos e despesas das operações, isto é, o CET deve englobar não apenas a taxa de juros, mas também tarifas, tributos, seguros e outras despesas cobradas do cliente, representando as condições vigentes na data do cálculo” AgRg no AREsp 469.333/RS, Rel. Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, julgado em 04/08/2016, REPDJe 09/09/2016, DJe 16/08/2016.

Significa, portanto, que o Custo Efetivo Total representa a soma de todos os encargos e despesas incidentes na operação de crédito, incluindo juros, tarifas, tributos, seguros e outras despesas cobradas do cliente, configurando-se como indicador global do custo da operação.

Por sua abrangência e composição variada, o CET não é suscetível de controle prévio pelo INSS, uma vez que este não se limita ao valor dos juros remuneratórios e inclui valores diversos determinados tanto pelo interesse do

¹ § 2.º O CET deve ser calculado considerando os fluxos referentes às liberações e aos pagamentos previstos, incluindo taxa de juros a ser pactuada no contrato, tributos, tarifas, seguros e outras despesas cobradas do cliente, mesmo que relativas ao pagamento de serviços de terceiros contratados pela instituição, inclusive quando essas despesas forem objeto de financiamento.

consumidor em adicionar ao financiamento este ou aquele item, bem como políticas e condições de mercado, os quais extrapolam o escopo regulatório da autarquia, que se restringe à limitação da taxa de juros.

Posto isso, passando propriamente para a análise da controvérsia, consta dos autos que a autora pretende a revisão do contrato de empréstimo consignado nº 238026482, pactuado em 29.08.18, que previu taxas de juros de 2,05% ao mês e 27,55% ao ano (fls. 122);

Para a análise da eventual fixação de taxas de juros em patamar superior ao limite normativo, impõe-se a observância do texto da legislação vigente à época da de cada contratação, considerando as sucessivas modificações nos índices máximos aplicáveis às operações de empréstimo consignado, uma vez que cada um dos pactos se vinculou às regras de direito material então vigentes.

No presente caso, a norma aplicável à época da contratação era a Instrução Normativa INSS nº 28, com redação dada pela Instrução Normativa INSS nº 92/2017, que assim dispunha em seu artigo 13, inciso II:

“II - a taxa de juros não poderá ser superior a dois inteiros e oito centésimos por cento (2,08%) ao mês, devendo expressar o custo efetivo do empréstimo; (NR);”

Note-se que o texto normativo em vigor à época da contratação se manteve silente quanto à limitação do Custo Efetivo Total, restringindo-se à fixação de um teto para as taxas de juros remuneratórios, sendo certo que não se observa qualquer violação aos limites impostos pela legislação vigente, uma vez que as taxas de juros foram fixadas exatamente no limite permitido, inexistindo qualquer irregularidade a ser sanada.

Entretanto, não obstante a inexistência de restrição expressa ao Custo Efetivo Total na normativa aplicável à contratação em análise, não se ignora

que a redação original da Instrução Normativa PRES/INSS nº 138, vigente a partir de 1º de dezembro de 2022, inovou em relação à norma que lhe antecedeu, a Instrução Normativa nº 28/2008, ao estabelecer expressamente a limitação do Custo Efetivo Total (CET) em seu artigo 12, inciso II:

“II - a taxa de juros não poderá ser superior a 2,14% (dois inteiros e quatorze centésimos por cento) ao mês, devendo expressar o Custo Efetivo Total - CET do empréstimo; (destaque meu).”

Esse regramento, contudo, sofreu alterações substanciais com a edição de normativas posteriores, as quais restabeleceram a ausência de limitação expressa ao Custo Efetivo Total.

A primeira modificação ocorreu com a Instrução Normativa PRES/INSS nº 144, que entrou em vigor no dia 16 de março de 2023, reduzindo o limite máximo da taxa de juros e ainda mantendo a exigência de que expressasse o CET:

“II - a taxa de juros não poderá ser superior a 1,70% (um inteiro e setenta centésimos por cento) ao mês para as operações de empréstimo consignado em benefício previdenciário, devendo expressar o Custo Efetivo Total - CET do empréstimo;”

Poucos dias depois, a Instrução Normativa PRES/INSS nº 146, de 30 de março de 2023, revogou expressamente a vinculação entre a taxa de juros remuneratórios e o Custo Efetivo Total, passando a prever apenas um teto específico para os juros:

“II - a taxa de juros não poderá ser superior a 1,97% (um inteiro e noventa e sete centésimos por cento) ao mês;”

Por fim, a Instrução Normativa PRES/INSS nº 152, publicada em 24 de agosto de 2023, consolidou essa alteração ao estabelecer que a taxa de juros mensal deveria obedecer ao limite máximo recomendado pelo Conselho Nacional de Previdência Social, conforme estabelecido em resolução vigente, sem qualquer menção à limitação do CET.

Dessa forma, verifica-se que a limitação originalmente prevista na Instrução Normativa nº 138 teve sua vigência restrita ao período de 1º de dezembro de 2022 a 30 de março de 2023, intervalo temporal este que não abrange a contratação examinada nestes autos.

Neste mesmo sentido já decidiu este E. Tribunal:

Apelação cível. Ação de obrigação de fazer C/C revisional de readequação de contrato bancário. O fato de o contrato prever a incidência de Custo Efetivo Total (CET) acima do limite da taxa de juros mensal limitada na Instrução Normativa n.º 28 do INSS não traduz violação ao limite estipulado. **O CET trata-se de índice estipulado pelo artigo 1º, §2º, da Resolução nº 3.517/2017, expedida pelo Banco Central do Brasil, que tem por função discriminar o custo total da operação financeira e traz, em seu cômputo, não somente os juros remuneratórios, mas, também, os demais encargos incidentes, inclusive tributos. Juros remuneratórios em patamar compatível com a citada Instrução Normativa. Impossibilidade de revisão.** Precedentes do E. TJSP. Repetição de indébito indevida. Manutenção da sentença. Negado provimento ao recurso da autora. (destaques meus).

Apelação Cível 1001249-45.2023.8.26.0201; Relator (a): Gilberto Franceschini; Órgão Julgador: Núcleo de Justiça

4.0 em Segundo Grau Turma III (Direito Privado 2); Foro de Garça - 2ª Vara; Data do Julgamento: 05/09/2024; Data de Registro: 05/09/2024.

Ainda nesse mesmo sentido: Apelação Cível 1058499-06.2023.8.26.0114; Relator (a): Léa Duarte; Órgão Julgador: Núcleo de Justiça 4.0 em Segundo Grau – Turma IV (Direito Privado 2); Data do Julgamento: 07/10/2024); Apelação Cível 1002958-10.2023.8.26.0624; Relator (a): Rosana Santiso; Órgão Julgador: Núcleo de Justiça 4.0 em Segundo Grau – Turma IV (Direito Privado 2); Data do Julgamento: 25/10/2024) e Apelação Cível 1040987-32.2022.8.26.0506; Relator (a): PAULO SERGIO MANGERONA; Órgão Julgador: Núcleo de Justiça 4.0 em Segundo Grau – Turma IV (Direito Privado 2); Data do Julgamento: 27/10/2024).

Por fim, cumpre esclarecer que o percentual da taxa de juros apurado unilateralmente pela parte, com base na ferramenta "Calculadora do Cidadão" (fls. 41), diverge do percentual efetivamente aplicado no contrato, uma vez que referida calculadora não constitui instrumento técnico adequado para aferição do Custo Efetivo Total.

A este propósito, já se manifestou esta E. Corte:

Direito do consumidor. Contratos de consumo. Bancários. Apelação cível. Ações revisionais. Abusividade das taxas de juros, segundo as normativas do inss, reconhecida apenas em parte dos contratos impugnados. Recurso da autora não conhecido. Recurso do réu conhecido em parte e, na parte conhecida, parcialmente provido. I. Caso em exame 1. Apelações cíveis objetivando a reforma de sentença que julgou conjuntamente catorze ações revisionais envolvendo as mesmas partes, fundadas em suposta abusividade de juros, de modo que foram acolhidos os pedidos formulados em

apenas oito dessas ações. II. Questões em discussão 2. As questões em discussão consistem em saber: (i) se o recurso da autora atende ao princípio da dialeticidade; (ii) se os juros remuneratórios foram pactuados respeitando a Instrução Normativa INSS/PRES nº 28/2008 (e alterações); e (iii) se o valor de custo efetivo total – CET do contrato é limitado pela referida Instrução Normativa. III. Razões de decidir 3. Não conhecimento do recurso da autora. Ausência de impugnação específica do fundamento da sentença nas razões de apelação. 4. Recurso do réu parcialmente conhecido, vez que, em relação a um dos contratos objeto do recurso, o pedido foi julgado improcedente. **5. Os juros remuneratórios pactuados estão de acordo com as Instruções Normativas respectivas em relação a cinco contratos impugnados.** 6. A legislação vigente à época das contratações não previa a limitação do CET, apenas da taxa de juros, não havendo abusividade na cobrança realizada pela instituição financeira. **7. Cálculo realizado com o auxílio da Calculadora do Cidadão não é suficiente para sustentar a alegação de abusividade, uma vez que tal ferramenta não considera eventuais custos e encargos diversos, integrantes de operações reais.** 8. Mantida a procedência do pedido em relação a um contrato, cuja cópia não foi apresentada pela instituição financeira. Ausência de impugnação recursal em relação a outros dois contratos. IV. Dispositivo 9. Apelação cível da autora não conhecida. 10. Apelação cível do réu conhecida em parte e parcialmente provida. _____ Dispositivos relevantes citados: CPC, arts. 85, §§ 2º e 11, e 1.010, III; Instruções Normativas PRES/INSS nº 92/2017, nº 106/2020, nº 125/2021 e nº 138/2022. Jurisprudência relevante citada: STJ, REsp nº 1.665.741; TJSP, Apelação Cível nº

1036379-35.2023.8.26.0577. (destaques meus).

Apelação Cível 1016448-25.2023.8.26.0196; Relator (a): Regina Aparecida Caro Gonçalves; Órgão Julgador: Núcleo de Justiça 4.0 em Segundo Grau – Turma I (Direito Privado 2); Foro de Franca - 2ª Vara Cível; Data do Julgamento: 17/02/2025; Data de Registro: 17/02/2025.

Ademais, o cálculo apresentado não possui força probatória, pois foi elaborado unilateralmente, refletindo exclusivamente os interesses da autora.

Dada a ausência de qualquer ilegalidade, não há qualquer margem ao acolhimento dos pedidos de indenização por danos morais, restituição, inexigibilidade ou qualquer outra forma de reparação (simples ou em dobro).

Ante o exposto, pelo meu voto, **NEGO PROVIMENTO** ao recurso, nos termos da fundamentação acima delineada.

Nos termos do artigo 85, §§ 8º e 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de sucumbência para R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais).

Atentem as partes que a oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais e/ou com efeitos infringentes, dará ensejo à imposição da multa prevista no artigo 1026, § 2º, do Código de Processo Civil.

Considera-se prequestionada toda a matéria constitucional e infraconstitucional discutida, evitando-se, com isso, oposição de embargos de declaração para este fim, nos termos das Súmulas nº 211 do Superior Tribunal de Justiça e nº 282 do Supremo Tribunal Federal.

Domingos de Siqueira Frascino

Relator